

**MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**ONGDS E ATORES LOCAIS NA COOPERAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO: O CASO DO IMVF**

**CAROLINA RAFAELA DOS REIS RODRIGUES**

**OUTUBRO – 2022**

# **MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**ONGDs E ATORES LOCAIS NA COOPERAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO: O CASO DO IMVF**

**CAROLINA RAFAELA DOS REIS RODRIGUES**

### **ORIENTAÇÃO:**

LUÍS MAH

HERMÍNIA RIBEIRO

OUTUBRO – 2022

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Universo por todas as bênçãos que me deu nesta vida: este cantinho à beira-mar, a minha família e os meus amigos. Assim, agradeço à minha mãe por me inspirar no sentido de resiliência e ambição. Sem o seu apoio incondicional, este percurso académico não teria sido possível. Agradeço igualmente ao meu pai pelo seu apoio financeiro e flexibilidade, imprescindível para prosseguir os meus estudos sem preocupações maiores.

Agradeço às minhas amigas e colegas de mestrado, Flávia Gorgulho e Teresa Garcia, pela disponibilidade, carinho, empoderamento e admiração mútua.

Em especial, agradeço ao meu orientador do relatório de estágio, Professor Doutor Luís Mah pela disponibilidade e empenho em me esclarecer e orientar, para eu concluir esta etapa.

Estou muito grata a todas as professoras e professores das Unidades Curriculares do Mestrado pela partilha dos seus saberes e disponibilidade para o diálogo e reflexão.

Expresso, ainda, a minha gratidão ao Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) por me ter recebido, envolvido nos seus projetos e me ter confiado tarefas, proporcionando-me uma experiência única de aprendizagem e de trabalho. Um agradecimento muito especial à Doutora Hermínia Ribeiro, minha orientadora, à Teresa Sousa e à Mónica Santos Silva pelo excelente acolhimento e acompanhamento durante o estágio.

## RESUMO

O presente Relatório de Estágio resulta da minha experiência durante o estágio curricular realizado no Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), Fundação e Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), situada em Lisboa.

Sendo o IMVF uma entidade de referência em muitos domínios da cooperação para o desenvolvimento, foi possível desenvolver atividades na área da cooperação descentralizada, integradas no projeto Rumo a 2030, com vista a reforçar o papel dos municípios na Agenda 2030, mais precisamente na Localização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O envolvimento neste projeto permitiu, ainda, a criação de uma campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual, indo, assim, ao encontro da vontade da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) de reforçar o seu vínculo com as geminações. Para além disto, houve ainda a oportunidade de participar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento. Ao longo do estágio foi-se destacando o papel dos atores locais, em particular dos municípios e ONGDs, na cooperação para o desenvolvimento.

O objetivo deste trabalho é relacionar as atividades desenvolvidas durante o estágio no IMVF, com os saberes adquiridos sobre esta matéria ao longo do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (MDCI) do ISEG - Lisbon School of Economics and Management (Universidade de Lisboa).

**Palavras-chave:** cooperação para o desenvolvimento; cooperação descentralizada; campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Elaboração de Projetos de Desenvolvimento; atores locais.

## ABSTRACT

The current Internship Report is the result of my experience during the curricular internship held at the Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), a Foundation and Non-Governmental Organization for Development, located in Lisbon.

With the IMVF being a reference entity in various domains related to the cooperation for development, it was possible to elaborate activities within the field of decentralized cooperation, which were integrated in the *Rumo a 2030* project, which aimed to strengthen the municipalities' role in the 2030 Agenda, more precisely, in the Location of the Sustainable Development Goals. The engagement in the project also allowed the establishment of an awareness campaign against menstrual poverty, thus meeting the *Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento* (RICD)'s will of reinforcing its attachment with the twinning's arrangements. Besides that, there was also an opportunity to take part in the elaboration and execution of development projects. Along the course of this Internship, the role of the local actors, particularly the municipalities and NGOs, in the development cooperation was highlighted.

The aim of this work is to relate the activities developed during the internship at IMVF, with the knowledge acquired about this subject during the Master's Degree in International Development and Cooperation (MDCI) from ISEG - Lisbon School of Economics and Management (University of Lisbon).

**Keywords:** development cooperation; decentralised cooperation; awareness campaign against menstrual poverty; 2030 Agenda; Sustainable Development Goals (SDGs); elaboration of development projects; local actors.

## LISTA DE ACRÓNIMOS

ABONG – Associação Brasileira de ONGs

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CD – Cooperação para o Desenvolvimento

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

MDCI – Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC – Organizações da Sociedade Civil

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

TFM – Trabalho Final de Mestrado

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1:</b> APD canalizada para e através de OSC (mil milhões de dólares)..... | 8  |
| <b>Figura 2:</b> Gestão do Ciclo do Projeto .....                                   | 9  |
| <b>Figura 3:</b> Os ODS organizados pelos 5P da Agenda 2030.....                    | 14 |
| <b>Figura 4:</b> Localização dos ODS .....  | 15 |
| <b>Figura 5:</b> Áreas de atuação do IMVF .....                                     | 18 |
| <b>Figura 6:</b> Organograma do IMVF .....  | 21 |
| <b>Figura 7:</b> Atividades do IMVF em 2021 .....                                   | 22 |

## LISTA DE ANEXOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Anexo I</b> - Marcos Históricos do IMVF .....                           | 40 |
| <b>Anexo II</b> - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....     | 41 |
| <b>Anexo III</b> - Processo de Localização dos ODS .....                   | 41 |
| <b>Anexo IV</b> - Infosheet sobre a pobreza menstrual.....                 | 41 |
| <b>Anexo V</b> - Póster da campanha .....                                  | 41 |
| <b>Anexo VI</b> - Pilares da abordagem GNH (Gross National Happiness)..... | 41 |

**ÍNDICE**

|   |     |
|---|-----|
| AGRADECIMENTOS .....  | I   |
| RESUMO.....   | II  |
| ABSTRACT .....  | III |
| LISTA DE ACRÓNIMOS.....   | IV  |
| LISTA DE FIGURAS.....   | V   |
| LISTA DE ANEXOS .....   | V   |
| INTRODUÇÃO.....   | 1   |
| CAPÍTULO I.....   | 3   |
| QUADRO TEÓRICO.....   | 3   |
| 1.1 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO .....   | 3   |
| 1.2 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA COOPERAÇÃO PARA O<br>DESENVOLVIMENTO ..... | 5   |
| 1.3. ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO .....                    | 9   |
| 1.4 COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA .....  | 11  |
| 1.5. COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E LOCALIZAÇÃO DOS ODS.....                                     | 12  |
| CAPÍTULO II.....  | 16  |
| ONGD IMFV.....  | 16  |
| 2.1 PERSPETIVA HISTÓRICA DO INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR (IMVF) .....                      | 16  |
| 2.2. A FILOSOFIA E OBJETIVOS DO IMVF.....   | 17  |
| 2.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO .....   | 18  |
| 2.4. ESTRUTURA ORGANIZATIVA.....  | 20  |
| 2.5. RELATÓRIO ANUAL DE 2021.....   | 21  |
| CAPÍTULO III .....  | 23  |
| ESTÁGIO .....   | 23  |
| 3.1. <i>RUMO A 2030</i> E COMUNICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS .....                                    | 23  |
| 3.2. CANDIDATURAS A PROJETOS.....   | 25  |
| 3.3. PROPOSTA DE CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO CONTRA A POBREZA MENSTRUAL.....                   | 28  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 30  |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....   | 35  |
| ANEXOS .....  | 40  |

## INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (MDCI) do ISEG - Lisbon School of Economics and Management (Universidade de Lisboa) foi elaborado o presente relatório de estágio como Trabalho Final de Mestrado (TFM), com a finalidade de obter o grau académico de mestre. Foi através de um protocolo efetuado entre o IMVF e o ISEG que se realizou o estágio curricular em questão, com início a 1 de março de 2021 e término a 4 de junho de 2021. Dada a conjuntura pandémica, o estágio desenvolveu-se em modo virtual, tendo ocorrido apenas um momento presencial. Apesar das circunstâncias atípicas, todos os critérios temporais e requisitos profissionais de um estágio curricular foram salvaguardados.

Apesar do plano de estágio, inicialmente delineado, se ter focado bastante no projeto *Rumo a 2030*, outras ideias e oportunidades de trabalho foram surgindo, alargando a minha participação e enriquecendo a minha experiência. Destaca-se não só a criação de uma campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual, como também o apoio à elaboração de candidaturas de projetos de desenvolvimento, nomeadamente um na área da cultura e outro na área da radicalização de extremismos.

Este relatório está organizado em quatro partes distintas: três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, que denominamos de *Quadro Teórico*, fazemos o enquadramento conceptual, tendo por referência as tarefas realizadas em contexto de estágio e os temas subjacentes às mesmas. Como tais tarefas se enquadram na cooperação para o desenvolvimento, começamos por abordar este tema, seguindo-se o tema da cooperação descentralizada, afunilando-se mais adiante para o papel dos atores locais na Agenda 2030, através da localização dos ODS. Ainda neste capítulo, a menção da elaboração, execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento, como forma de obtenção de fundos e, posteriormente, gestão do processo e dos resultados de um projeto, torna-se necessária.

No segundo capítulo é apresentada a Fundação e ONGD na qual o estágio teve lugar, o IMVF, desde a sua história, filosofia, áreas de atuação, à sua estrutura organizativa e atividade em 2021. No terceiro capítulo, faz-se uma descrição (e análise) das tarefas levadas a cabo durante o estágio, mais precisamente, a colaboração no projeto *Rumo a 2030*, o apoio na parte dos formulários de candidatura e a criação de uma proposta

de campanha contra a pobreza menstrual. Nas considerações finais procuro fazer uma reflexão crítica sobre a minha experiência de estágio e as aprendizagens que adquiri.

## CAPÍTULO I

### Quadro Teórico

A amplitude deste relatório requereu que se escolhesse um quadro de referência que servisse de suporte às temáticas subjacentes ao trabalho desenvolvido durante o estágio. Assim, no ponto 1.1 foi abordada a evolução do conceito de Cooperação para o Desenvolvimento, apresentando os diferentes contributos para a sua construção e o seu carácter multifacetado. Nos pontos seguintes é destacado o papel dos diferentes agentes e respetivos modelos de Cooperação para o Desenvolvimento: ONGs (1.2), Cooperação Descentralizada (1.4); Cooperação Intermunicipal e Localização dos ODS (1.5). No Ponto 1.3, procurou-se apresentar um aspeto basilar, transversal aos atores da Cooperação para o Desenvolvimento, que é o conhecimento da Gestão do Ciclo do Projeto. Embora o quadro teórico pudesse ter sido objeto de um maior aprofundamento, dada a complexidade e abrangência da temática, as opções desta escolha foram determinadas pela pertinência dos aspetos que nortearam o período de estágio.

#### 1.1 Cooperação para o Desenvolvimento

O conceito de Cooperação para o Desenvolvimento (CD) tem sido, ao longo do tempo, objeto de controvérsias nas Ciências Sociais, quer quanto à sua definição quer quanto ao uso e objetivos. A sua pedra basilar assenta na evolução do próprio conceito de Desenvolvimento, presente em várias áreas disciplinares, o que contribuiu para uma diversidade de definições, que ora geraram ruturas ou pontes entre a teoria e a prática. Estabelecer fronteiras através de um diálogo interdisciplinar é um desafio que envolve um grau elevado de complexidade.

Assim, o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento tem acompanhado as transformações no quadro do pensamento sobre Desenvolvimento, nomeadamente os seus valores dominantes. Desta forma, pode-se afirmar que não há uma definição universal de Cooperação para o Desenvolvimento, não só porque esta se vai plasmando à luz dos acontecimentos no ambiente internacional, como também não desmonopoliza de perceções históricas e regionais. Ainda assim, uma noção ampla do que é a CD é a elaborada pela Plataforma Portuguesa das ONGD (2018), que a designa como “o esforço conjunto realizado por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com o objetivo

final de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura” (p. 10). Mourão (1992) acrescenta que a Cooperação, para ser válida e credível, deve basear-se num ato de vontade firmado entre interesses comuns e objetivos, tanto do país doador, quanto do beneficiário (citado por Pain, 2005, p. 127).

A ideia de cooperar para desenvolver surge após a Segunda Guerra Mundial, pela necessidade de reconstrução e reestruturação da Europa e pela evolução dos processos de descolonização. De facto, no início da sua criação, a Cooperação para o Desenvolvimento estava intimamente ligada à maximização do crescimento económico, apontando-se o papel fulcral do Estado para que tal acontecesse. Assim, em 1961, criou-se o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), para gerir fluxos financeiros públicos dos países membros sob regras previamente estipuladas, ficando esta assistência designada de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Contudo, devido à diversificação dos atores internacionais, à multiplicação dos fluxos globais, à deslocação dos centros de poder económico, à crescente interdependência dos fenómenos e ao aparecimento de novas estruturas de financiamento, surgiu a necessidade de repensar a CD de forma a abarcar todas estas mudanças. Se, tradicionalmente, a cooperação era realizada entre países desenvolvidos – os doadores - e países em desenvolvimento – os beneficiários - sob a configuração de APD, seja esta de modo bilateral ou multilateral, o último através de organizações internacionais, como a referida anteriormente; no quadro atual podemos contar com um acréscimo de tipologias de atuação para a CD. De entre estas, destaca-se a Cooperação Sul-Sul, praticada entre países em desenvolvimento, e a atuação de organizações de cariz privado, como o setor empresarial e Organizações da Sociedade Civil<sup>1</sup> (OSC).

A presença de atores não-governamentais na Cooperação para o Desenvolvimento tem-se vindo a afirmar cada vez mais e traz consigo importantes questionamentos na esfera das relações internacionais. Foi a expressão crescente do setor não-estatal num mundo globalizado que trouxe para o espaço de discussão internacional o reconhecimento

---

<sup>1</sup> Ao se falar de Organizações da Sociedade Civil (OSC), está-se a incluir um leque variado de organizações, tais como “movimentos e grupos políticos, sindicatos, organizações não-governamentais, comissões de moradores, organizações de defesa dos direitos humanos, associações recreativas, associações mercantis e comerciais, de produtores, de patrões, ordens profissionais, câmaras de comércio, clubes sociais e de elites ou movimentos de cidadãos” (Fernandes, 2014, citado por Neto, 2017, p.15).

esperado. Exemplo disto, foi a legitimação de outros agentes do desenvolvimento estabelecida em 2011, no Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda de Busan. A própria Parceria Global para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento (2011), determinada em Busan, manifesta no ponto 7 o compromisso de:

(...) modernizar, aprofundar e alargar a nossa cooperação, envolvendo atores estatais e não estatais que queiram moldar uma agenda que, até recentemente, foi dominada por um grupo restrito de atores do desenvolvimento. Em Busan, forjamos uma nova parceira para o desenvolvimento global que aceita a diversidade e reconhece os papéis distintos que todos os intervenientes na cooperação podem desempenhar, para apoiar o desenvolvimento (p. 3).

A evolução do conceito da Cooperação para o Desenvolvimento tem demonstrado que não se trata de um conceito restrito e fechado, antes pelo contrário que possui uma dimensão ativa, que se adapta e abre a novas perspetivas, gerando novas abrangências e interações.

## **1.2 O papel das Organizações Não-Governamentais na Cooperação para o Desenvolvimento**

Como anteriormente exposto, os atores privados com e sem fins lucrativos têm vindo a ser valorizados no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento. São os segundos, as chamadas ONGs, que abordaremos neste ponto.

À semelhança da conceptualização da Cooperação para o Desenvolvimento, também a definição e a origem do termo ONG traz consigo desafios. A maioria dos académicos aponta a Resolução 288 (X), de 1950, do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, como a primeira vez em que o conceito foi utilizado. Definiu-se, então, ONG<sup>2</sup> como “any international organization which is not established by inter-governmental agreement”. (Resolution 288 (X), 1950, p. 25)

---

<sup>2</sup> Na sua tipologia clássica, distinguíam-se as IONGs, que atuavam num âmbito internacional, das ONGs, que se restringiam à escala nacional. Todavia, Mauri (2013) explica que “visto o papel ativo de muitas ONG e a sua transformação a nível global, o termo ONG foi utilizado como expressão geral para classificar estas organizações, rejeitando-se a atribuição de designações distintas consoante a sua escala de atuação, ato este que restringiria a sua flexibilidade e carácter mutável” (p. 32).

De uma forma já bem mais pormenorizada, a Associação Brasileira de ONGs (2019), considera no Artigo 2º do Capítulo I do seu Estatuto Social, as ONGs como:

(...) as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autónomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de carácter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (Abong, 2019, p. 3).

Na realidade, é neste compromisso das ONGs com a construção de uma sociedade justa que se recupera a sua origem. Associadas aos movimentos sociais de luta pela descolonização nas décadas de 1960 e 1970, estas organizações marcaram a sua entrada na esfera internacional. Todavia, a sua presença só seria notada anos mais tarde.

Nas décadas de 1970 e 1980, tal como Alves (1996) refere, houve uma reformulação em termos operacionais, ao se ajustar a nomenclatura das ONGs ao seu espectro de atuação, transformando-as em Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) (citado por Mauri, 2013, p. 6). Tal mudança coincidiu com os avanços da agenda neoliberal, que veio realçar o papel do mercado, por sua vez, reduzindo o papel do setor público na economia. Segundo Kamat (2004) “an effective policy for trade liberalization and privatization requires a minimalist state and a dynamic civil society (p. 164). Foi através do Consenso de Washington, em 1989, que estas reformas foram estipuladas.

A implementação dos programas de ajustamento estrutural abriu o caminho à “retirada do Estado, à privatização dos serviços sociais nos países em desenvolvimento, nomeadamente em África, e transformou muitas ONGD em prestadoras de serviços sociais, em áreas como a educação e saúde” (Fisher, 1997; Thorbecke, 2005 citado por Silva et al, 2021, p. 30). No mesmo sentido, Pain (2005) afirma que:

As políticas neoliberais propostas pelos organismos internacionais fizeram aumentar a desigualdade dentro e entre as nações. As ONGs surgem nesse

contexto. Aproveitando o processo globalizante em curso, que reduz as distâncias, as organizações não governamentais internacionais intensificaram a sua atuação pelo mundo, tornando-se um relativo ator no cenário internacional no campo do desenvolvimento (p. 142).

Não só o ambiente económico internacional tornou propícia uma viragem positiva na influência destes atores, como também o próprio sistema das Nações Unidas a impulsionou pelo meio da democracia participativa. Kamat (2004) realça isso mesmo, ao sublinhar que as Nações Unidas nas décadas de 1980 e 1990 foram “highly responsive to NGO demands for participation and created important institutional space for NGOs to participate in international policy forums on population, human rights, the status of women, and the environment” (p. 162).

De uma forma abrangente, a atuação das ONGs passou a ser especialmente apreciada enquanto interveniente na construção de políticas, seja de organizações internacionais ou de governos. Enquanto atrizes no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento, a sua participação não se limita apenas à construção, mas estende-se também à implementação e avaliação da qualidade das políticas e projetos em diversas áreas.

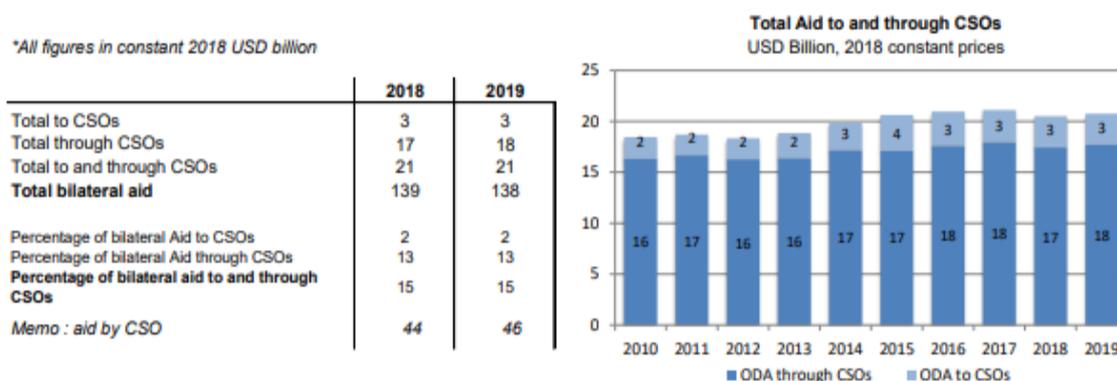
Todavia, para que tais atividades sejam mantidas, as ONGs precisam de financiamento, o que constitui, na maior parte das vezes, uma preocupação para estas entidades, dada a sua dependência de outros para os obter. A providência dos recursos pode ser realizada através de duas fontes: fluxos privados ou fluxos públicos. Por um lado, o financiamento privado pode advir de empresas, fundações, doações de cidadãos, etc. Por outro lado, o acesso a financiamento público é feito recorrendo aos Estados ou às agências de cooperação.

No que diz respeito à dependência por fluxos públicos, há debates que acabam por surgir. Sobre este aspeto, Campos (1999) reflete ainda que as ONGs zelem pela sua condição autónoma em relação aos poderes constituintes, a verdade é que dependem deles para o sustento do seu exercício. Na maioria das vezes, os fundos concedidos a este nível são para projetos específicos. Ainda sobre este assunto, Barbé (1995) posiciona-se, afirmando que:

(...) todos los gobiernos de los países de la OCDE -entre ellos España- tienen sistema para ‘cofinanciar’ las ONGs, sumándose así a los recursos privados (cuotas, donaciones, colecta de fondos, venta de materiales, etc.) y a la financiación pública de una ONG, sobre todo de las ONGD, se lleva a cabo por diversas vías: subvenciones globales, de carácter periódico; subvenciones para financiar un proyecto individual; subcontratos que convierten a la ONG em agente ejecutivo del programa de acción (citado por Coutinho, 2005, p. 63)

O financiamento público de uma ONG conta também com fundos de APD. O volume total destes fundos, canalizados para e através de OSC tem aumentado na última década, como podemos observar na Figura 1, que demonstra alguns dados da OCDE-CAD. Se em 2010, o valor total rondava os 18 mil milhões de dólares, já em 2019, o mesmo chega aos cerca de 21 mil milhões (OCDE, 2021). Analisando em termos percentuais, em 2019, os doadores do CAD canalizaram o equivalente a 15% da APD bilateral para e através de OSC (OCDE, 2021). Destes 15%, 13% foram canalizados através de projetos e os outros 2% foram para as próprias organizações.

**Figura 1: APD canalizada para e através de OSC (mil milhões de dólares)**



**Fonte: OCDE (2021)**

No caso do IMVF e tal como consta no Relatório Anual de 2021, “não obstante a maioria do financiamento continuar a provir da União Europeia, o IMVF manteve o espaço de parceria estratégica e de complementaridade com a Cooperação Portuguesa e

continuou a acompanhar as oportunidades de Cooperação Delegada” (IMVF, 2022b, p. 8).

### 1.3. Elaboração, Execução e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento

Para que as ONGD acedam a subvenções para executarem projetos de Desenvolvimento, é fundamental que não só estejam familiarizadas com as tendências da Agenda do Desenvolvimento e Programas Estratégicos, mas também com a própria gestão do ciclo do projeto. A gestão do ciclo do projeto é o conjunto de atividades destinadas a alcançar objetivos, dentro de um período definido e no quadro de um orçamento. A Gestão do Ciclo do Projeto conta com cinco<sup>3</sup> fases, as quais são etapas sequenciais, interligadas e progressivas. Tal como se vê na Figura 2, estas fases correspondem à Programação, Identificação, Formulação, Implementação/Execução e Avaliação.

**Figura 2: Gestão do Ciclo do Projeto**



**Fonte: Elaborada pela autora** (tendo por base o *Aid Delivery Methods – Project Cycle Management Guidelines*, de 2004, da Comissão Europeia)

<sup>3</sup> Há outros modelos cujas fases do Ciclo do Projeto se alteram parcialmente incluindo, por exemplo, o Financiamento como uma nova fase. Todavia, foi adotado neste Relatório, a forma do documento *Aid Delivery Methods – Project Cycle Management Guidelines*, de 2004, da Comissão Europeia.

A fase da Programação corresponde à elaboração da abordagem mais estratégica do projeto. Esta etapa está relacionada com a caracterização das políticas de um determinado setor, assim como áreas geográficas que vão ser incluídas (European Commission, 2004). Por outras palavras, é feito um enquadramento global depois de se aferir sobre as condições socioeconómicas e políticas do país ou países onde vai ser implementado o projeto.

Na fase de Identificação, procede-se à análise da situação local com a identificação do grupo-alvo e outros stakeholders relevantes, problemas, objetivos e opções estratégicas. (European Commission, 2002)

Quando se passa para a fase da Formulação, inicia-se a construção da lógica interna da intervenção, seja ela feita através do Modelo do Enquadramento Lógico ou da Teoria da Mudança. Interessa explorar a Matriz de Enquadramento Lógico, que inclui a transferência e organização hierárquica dos objetivos delineados na fase anterior, para além da revisão dos pressupostos, criação de indicadores, desenho e planeamento de atividades, identificação de meios e orçamentação. (European Commission, 2002)

É na fase da Execução do Projeto que todos os atores estão envolvidos e as atividades são “undertaken as planned and proper monitoring of the output delivery, implementation process, management and assumptions allows for timely corrections and adaptations as and when required” (Flemish Interuniversity Council, 2022, p. 10). Também nesta fase se podem implementar avaliações intermediárias.

Por último, temos a fase da Avaliação, que é o momento em que se tenta compreender se os resultados propostos previamente foram alcançados e se determina “the relevance, effectiveness, efficiency, impact and sustainability of the intervention” (Flemish Interuniversity Council, 2002, p. 10). Por isso, este processo é crucial na medida em que se analisa as decisões tomadas, se incorpora as lições que daí advieram e se zela pelo dever de transparência às partes envolvidas.

Sendo a elaboração, execução e avaliação de projetos, uma parte essencial dos organismos não-governamentais, tive a oportunidade de apoiar o IMVF nas primeiras quatro fases do ciclo do projeto. Importa salientar que se tratou de diferentes projetos, alguns localizados na etapa embrionária da programação, outros já quase a terminar a fase de implementação. Esta experiência no universo dos projetos de desenvolvimento será explorada com maior detalhe no Capítulo III deste relatório de estágio.

#### 1.4 Cooperação Descentralizada

Da mesma forma que o processo de promoção do Desenvolvimento, na esfera privada, não se restringe apenas à ação empresarial, existindo por exemplo, as ONGs, também, no domínio público, os Estados não constituem os únicos atores públicos, pois contam com as autarquias e os governos locais.

Falar de Cooperação Descentralizada é compreender que há uma abordagem alternativa à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Neste caso, trata-se de uma cooperação ao nível subnacional, através de agentes locais, em vez da tradicional cooperação entre Estados. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define Cooperação Descentralizada como:

(...) uma parceria de longo prazo entre comunidades, diferentes cidades ou centros urbanos e também como um mecanismo para estabelecer uma nova modalidade de parceria, que foca na relação direta entre territórios regionais, ao contrário do modelo promovido pela cooperação bilateral no nível nacional (citado por Medeiros, 2019, p.19).

Todavia, importa ressaltar que apesar da tendência ser a de encarar a Cooperação Descentralizada como uma abordagem alternativa neste campo, também existem autores que a veem apenas como uma modalidade paralela ou até mesmo como um novo instrumento da Cooperação para o Desenvolvimento. Independentemente da forma onde se encaixa a Cooperação Descentralizada no universo do Desenvolvimento, a ideia central é a de que o protagonismo, neste caso, se deve aos atores territoriais, que participam na promoção do desenvolvimento.

Efetivamente, a Cooperação Descentralizada reitera "local authorities' significant expertise not only in terms of service delivery but also as catalysts for change, conflict prevention, decentralisation and confidence-building in the development process" (União Europeia, 2008, p. 2). Por outras palavras, é "el conjunto de iniciativas de cooperación pública al desarrollo que [...] procura estimular las capacidades de los actores de base territorial y fomentar un desarrollo más participativo" (Romero, 2006, p. 16).

Esta participação ativa ao nível local não envolve apenas as administrações públicas descentralizadas - autarquias locais -, mas também ONGD, associações e organizações, empresas e demais atores da sociedade civil organizada, como igrejas, sindicatos e universidades. A panóplia de atores subnacionais a cooperar entre si traz consigo vantagens que não podem ser ignoradas. Tal como o PNUD (1993) refere: “the decentralization of power – from capital cities to regions, towns and villages – can be one of the best ways of empowering people, promoting public participation and increasing efficiency” (p. 5). Da mesma forma, Holzmann (2014) defende que “a criação de vínculos entre os governos locais facilita a criação de estruturas de cooperação que se estabelecem como instrumentos de empoderamento das comunidades” (p. 55).

Ainda mais, o reforço da descentralização de poderes opera no fortalecimento da democracia participativa que, na sua génese, empodera a sociedade civil para exercer um papel mais ativo, sublinhando a abordagem *bottom-up* do desenvolvimento. Conforme a Organização das Nações Unidas (2008) menciona “decentralized cooperation applies a bottom-up approach through an institutional, social and grass roots partnership between institutions and civil societies of two or more entities” (p. 11). Ao se tirar partido da proximidade e participação da comunidade, há uma maior facilidade em identificar interesses e problemas locais e tomar decisões que atuem de forma concreta nesse sentido. A Cooperação Descentralizada contribui para a simbiose da ação coletiva e da criação de instituições significativas para o Desenvolvimento Local.

### **1.5. Cooperação Intermunicipal e Localização dos ODS**

A Cooperação Intermunicipal, tal como Ribeiro e Faria (2009) descrevem:

(...) corresponde a uma forma de cooperação descentralizada na qual os municípios envolvidos assumem eles mesmos a função de participação activa dos processos de desenvolvimento (Afonso, 1998, p. 25), podendo assumir diversas modalidades/vertentes que passam por geminações, protocolos, acordos de cooperação/colaboração e redes (pp. 5-6).

Nesta forma de cooperação os agentes centrais são os municípios, que estabelecem parcerias de modo bilateral ou multilateral, assumindo a sua capacidade autónoma de tomada de decisões, tanto no domínio da comunidade local, como ao nível da cooperação externa. Neste âmbito, os municípios realizam os seguintes tipos de intervenção (Silva, 2011):

- as Geminações, que têm uma maior preponderância face às outras formas e incluem a consagração de uma ligação formal e permanente entre dois municípios, com o intuito de servir de plataforma para trocas de conhecimento e realização de atividades conjuntas, inclusive ações de Cooperação para o Desenvolvimento;

- os Protocolos, que surgem ligados a um projeto específico, daí existir uma delimitação temporal e espacial;

- as Redes, que englobam múltiplos atores, como o setor privado, a sociedade civil e as autoridades locais numa relação cooperativa, contínua e estruturada.

Para ilustrar este último ponto, temos o exemplo da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), criada em 2013 e composta por 22 municípios portugueses “comprometidos com a realização de um trabalho mais estruturado e eficaz no combate à pobreza no âmbito das suas ações de Cooperação para o Desenvolvimento com entidades congéneres nos Países de Língua Oficial Portuguesa.” (RICD, 2022). A RICD surge de uma iniciativa facilitada pelo IMVF, aquando de um projeto cofinanciado pela União Europeia e Instituto Camões, que veio reforçar o papel das autarquias locais na convergência de esforços para o Desenvolvimento Sustentável, sublinhando uma abordagem “local”.

Com a Agenda 2030, as cidades e os municípios ganharam mais protagonismo, o que é visível, sobretudo através da emergência do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Porém, esta mudança de paradigma assente no reforço da atuação dos intervenientes locais não se limita a este ODS, sendo transversal a toda a agenda.

A aprovação em 2015 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável contou com a assinatura de todos os membros da ONU. Demonstrando avanços significativos face à Declaração do Milénio e aos Objetivos do Milénio, esta resolução veio estabelecer 17 objetivos<sup>4</sup> e 169 metas e 231 indicadores globais, definindo um prazo

---

<sup>4</sup> Ver Anexo II.

de 15 anos para o seu cumprimento (Nações Unidas, 2015). Assumindo uma nova abordagem, com o intuito de “não deixar ninguém para trás”, a Agenda 2030 enquadrou uma visão universal ambiciosa, multidimensional, coerente e participativa do Desenvolvimento Sustentável (IMVF, 2020). Assim, os 5 princípios (5P) que regem a Agenda 2030 e sob os quais se organizam os ODS são os seguintes: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (Figura 3).

**Figura 3: Os ODS organizados pelos 5P da Agenda 2030**



**Fonte: IMVF, 2020**

Efetivamente, a Agenda 2030 “preconiza uma visão do desenvolvimento como responsabilidade partilhada, em que é necessário o envolvimento dos vários atores e todos têm um papel a desempenhar (governos nacionais e locais, comunidades de base, organizações da sociedade civil, setor privado, academia, etc.)” (IMVF, 2020, p.10). Por outras palavras, a natureza multissetorial e intersectorial dos ODS exige a colaboração e envolvimento na tomada de decisões entre diferentes partes do governo, instituições,

empresas e sociedade, interligando todas as partes interessadas (Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, 2019). Este compromisso universal na implementação dos ODS, contando com o apoio dos mais diversos atores e evidenciando os do nível local como fundamentais para esse processo, requer a apresentação do termo “Localização”, que segundo as Nações Unidas:

é o processo de colocar o nível local no centro da consecução da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, em todas as suas fases, a partir da definição de objetivos e metas, para a determinação dos meios de implementação e da utilização de indicadores para medir e monitorar o progresso” (citado por IMVF, 2020, p.14)

Assim, quando nos referimos à localização dos ODS, estamos obviamente a aludir à concretização “desta agenda global ao nível subnacional, em cidades e territórios, para atingir objetivos que são simultaneamente globais e locais”, contando com a materialização pragmática dos ODS no quotidiano dos municípios e autoridades e cidadãos locais (IMVF, 2020, p.14). Deste modo, enquadram-se aqui dois movimentos: do global para o local; e do local para o global (Figura 4).

**Figura 4: Localização dos ODS**



**Fonte: IMVF, 2020**

## CAPÍTULO II

### ONGD IMVF

O presente estágio, realizado para efeitos de trabalho final de mestrado, foi desenvolvido através de um protocolo entre o ISEG e o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), uma Fundação e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) sediada em Lisboa.

#### **2.1 Perspetiva Histórica do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)**

O momento histórico que assinala a criação do IMVF remonta a 1 de Agosto de 1951 com a publicação oficial dos seus estatutos no Diário da República número 176/1951, Série III, páginas 1486 e 1487. Conforme consta no artigo 1.º do Capítulo I, o IMVF é “um estabelecimento de investigação científica”, fundado em Lisboa, por D. Maria do Carmo Dias Constantino Ferreira Pinto, marquesa de Valle Flôr, cuja motivação seria “perpetuar a memória do seu marido, o marquês de Valle Flôr, e a de seu filho José Luís de Valle Flôr” (Art. 1º do estatuto IMVF).

Jurídica e legalmente o IMVF foi constituído como “uma fundação de utilidade pública” (Art. 2.º), tendo como objeto social “a realização de estudos e trabalhos científicos sobre colonização em geral”, visando uma “melhoria das condições de vida nas províncias ultramarinas portuguesas”, e ainda “sobre flora e fauna das mesmas províncias e aperfeiçoamento e desenvolvimento das respectivas culturas.” Está ainda salvaguardada a colaboração com outras entidades de natureza pública ou privada, nacionais ou estrangeiras, tendo em vista “o estudo e a solução de problemas coloniais, progresso e desenvolvimento dos assuntos que constituem o objeto do Instituto” (Art.7.º).

Durante os anos 80, o IMVF vivenciou e acompanhou as transformações políticas, económicas e sociais, decorrentes da descolonização e da implantação recente da democracia. Com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986), abrem-se novas perspetivas de atuação e expansão para o IMVF. Assim, em 1988, inicia a sua atividade como ONGD em São Tomé e Príncipe e na década de 90 amplia os seus objetivos, focando a sua intervenção na cooperação com países de língua oficial

portuguesa. Em 2017, expande o seu espaço de intervenção, incluindo novas geografias em África e na América Latina<sup>5</sup>.

Desde a sua fundação, o IMVF tem vindo a desenvolver uma trajetória de referência na Cooperação para o Desenvolvimento. Foi a vontade constante de dar resposta a novos desafios, que impulsionou, por diversas vezes, a ONGD a ultrapassar e ampliar os limites geográficos, objetivos e áreas de atuação a que se tinha proposto inicialmente. Atualmente, o IMVF é uma referência a nível nacional e internacional na sua área de atuação.

## **2.2. A Filosofia e Objetivos do IMVF**

Conforme consta no Relatório Anual de Atividades do IMVF, referente ao ano de 2016, pode-se aferir que o IMVF visa sobretudo realizar o seu trabalho “com diligência, rigor e ética”, no sentido da construção de “um futuro sustentável mais justo e mais inclusivo para milhares de pessoas” (IMVF, 2022a). Podemos, então, afirmar que o fio condutor que delinea a atuação do IMVF é, na sua essência, a promoção da dignidade humana.

A performance de boas práticas e fortalecimento institucional e individual das comunidades e entidades públicas e da sociedade civil é um dos princípios orientadores que regem o trabalho da ONGD no terreno. Assim, o IMVF desenvolveu uma vasta rede de cooperação, criando parcerias com instituições públicas e privadas, que vão desde empresas, fundações, institutos, governos e organizações não-governamentais para viabilizar projetos que promovam a investigação científica e o desenvolvimento. É nesta “estreita colaboração” com os seus parceiros de desenvolvimento e no “respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade de género, da sustentabilidade, do rigor e da transparência” que se atesta o selo de qualidade dos projetos levados a cabo por si (IMVF, 2022b, p.20).

Enquanto organização, alicerça-se em três domínios-chave (IMVF, 2022a):

- realização de estudos e trabalhos científicos nos vários domínios do conhecimento;

---

<sup>5</sup> Ver Anexo I.

- Ajuda Humanitária, de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento económico, cultural e social;

- fomentação e divulgação da cultura dos países de expressão oficial portuguesa.

O IMVF acredita que “a inovação nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Alimentar são fundamentais para promover a esperança num futuro melhor às populações” com quem trabalha (IMVF, 2016, p.15). A sua ação visa facilitar a “criação de redes de Cooperação Descentralizada com os municípios do espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (ibidem).

Por fim, a visão estratégica de cooperação do IMVF é coerente com a dos seus financiadores e com a Agenda 2030 sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (IMVF, 2022b, p.8).

### 2.3. Áreas de Atuação

Como mencionado anteriormente, desde o início da sua atividade que o IMVF tem vindo a ampliar as suas áreas de atuação e a solidificar parcerias a uma escala local, europeia e internacional. É tendo em vista a promoção da dignidade humana e o desenvolvimento sustentável, que esta ONGD tem vindo a desenhar, executar, monitorizar e avaliar o impacto das suas intervenções nas mais diversas áreas (Figura 5).

**Figura 5: Áreas de atuação do IMVF**



**Fonte: Site do IMVF**

Desta panóplia de campos de atuação, destaca-se uma das áreas de intervenção prioritária: a saúde. Intimamente ligada ao desenvolvimento e à qualidade de vida das populações, a saúde é encarada com uma particular atenção. Outras áreas como: a educação, a segurança alimentar, a sociedade civil, o ambiente e a cidadania global tem merecido igual apreço por parte do IMVF.

Na área da educação, o foco do IMVF está centrado no apoio de entidades públicas responsáveis por esta área. No âmbito do desenvolvimento rural e da segurança alimentar, é, acima de tudo, refletida a importância da pecuária e da agricultura no desenvolvimento dos países de atuação. Neste sentido, o Instituto procura fomentar a produção e comércio de bens alimentares, ao reforçar o papel das associações locais na criação de redes de segurança e soberania alimentar, assim como no planeamento agrícola regional.

Os projetos desenvolvidos, na área da sociedade civil, visam fortalecer os seus atores, atendendo à importância basilar do seu papel na construção de “sociedades mais justas, democráticas e pacíficas”. (IMVF, 2022<sup>a</sup>)

Na área das migrações, pós-conflito e ação humanitária, o IMVF visa não só sublinhar, mas também reforçar a capacidade institucional dos seus parceiros, apoiando-os em emergências. Em relação ao ambiente e sustentabilidade, as iniciativas do IMVF têm-se centrado no abastecimento e melhoria da qualidade da água, infraestruturas de saneamento e cuidados de higiene, com o intuito de preservar os ecossistemas e combater as alterações climáticas. As ações do IMVF na área da cultura e património têm sido no sentido da valorização do património cultural.

No campo das autarquias e poder local, a contribuição do Instituto centra-se na colaboração com as entidades públicas, com o objetivo de promover a participação ativa da população na esfera pública. No domínio da cidadania global, o foco é sensibilizar, refletir e debater sobre os desafios globais, nomeadamente as desigualdades económicas, desrespeito dos direitos humanos, etc. Por fim, e não menos importante, na área dos estudos estratégicos e do desenvolvimento, que se dedica à análise de questões condicionantes do desenvolvimento e cooperação, o IMVF apoia a produção e publicação de estudos sobre desenvolvimento global.

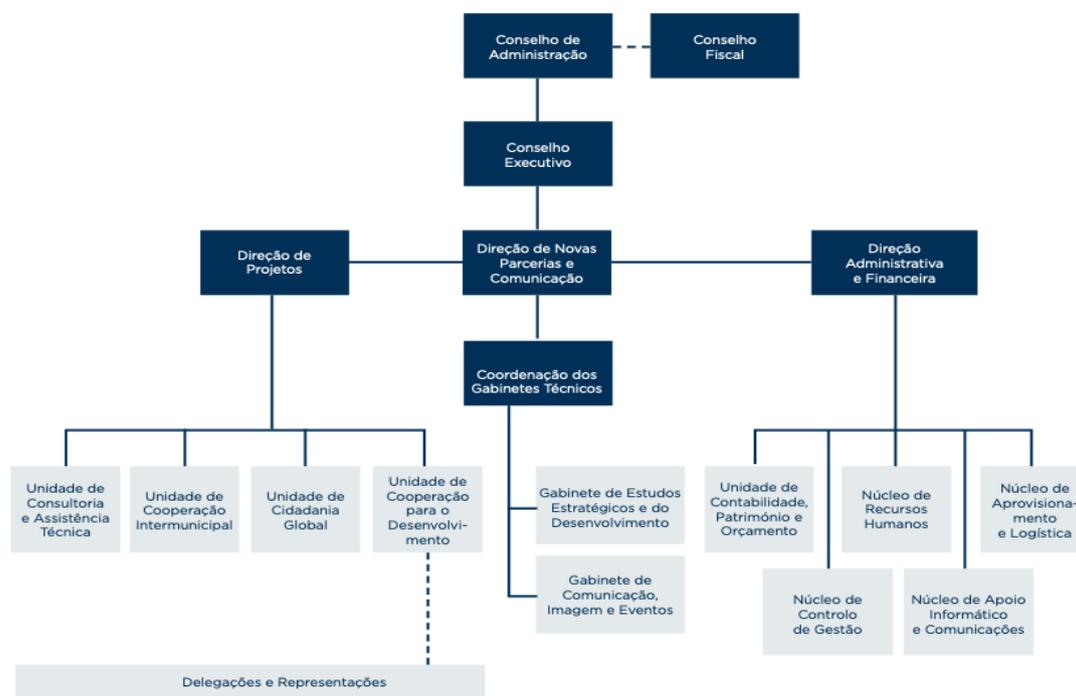
É de sublinhar que o trabalho desenvolvido pelo IMVF associado a estas dez áreas de intervenção conta com cento e sessenta projetos distribuídos por dez países, atingindo cerca de cinco milhões de beneficiários (IMVF, 2022a).

#### **2.4. Estrutura Organizativa**

De acordo com a informação encontrada no *Website* e Relatório Anual de 2021 da instituição, foi-me possível aceder à estrutura organizativa do IMVF (Figura 6). Assim, os Órgãos de Gestão são compostos pelo Conselho de Administração, Conselho Executivo e Conselho Fiscal. É a partir do Conselho de Administração, constituído por um Presidente e seis vogais, que são nomeados os restantes membros dos órgãos sociais. Já o Conselho Executivo é composto por três elementos, que desempenham funções representativas e executivas. O Conselho Fiscal é igualmente constituído por três membros e, tal como o próprio nome indica, ocupam-se da gestão fiscal do Instituto.

Para além disto, o IMVF dispõe ainda de uma Unidade de Projetos, uma Unidade de Comunicação Técnica e, ainda, de uma Unidade Administrativa e Financeira que gerem os diferentes gabinetes, unidades e núcleos, onde estão distribuídas as equipas de pessoal de acordo com a sua formação e especialização. Este organograma vertical permite-nos ter uma imagem clara da estrutura hierárquica do IMVF e compreender melhor o seu funcionamento e as relações entre os diversos setores e respetivas responsabilidades (Figura 6).

**Figura 6: Organograma do IMVF**

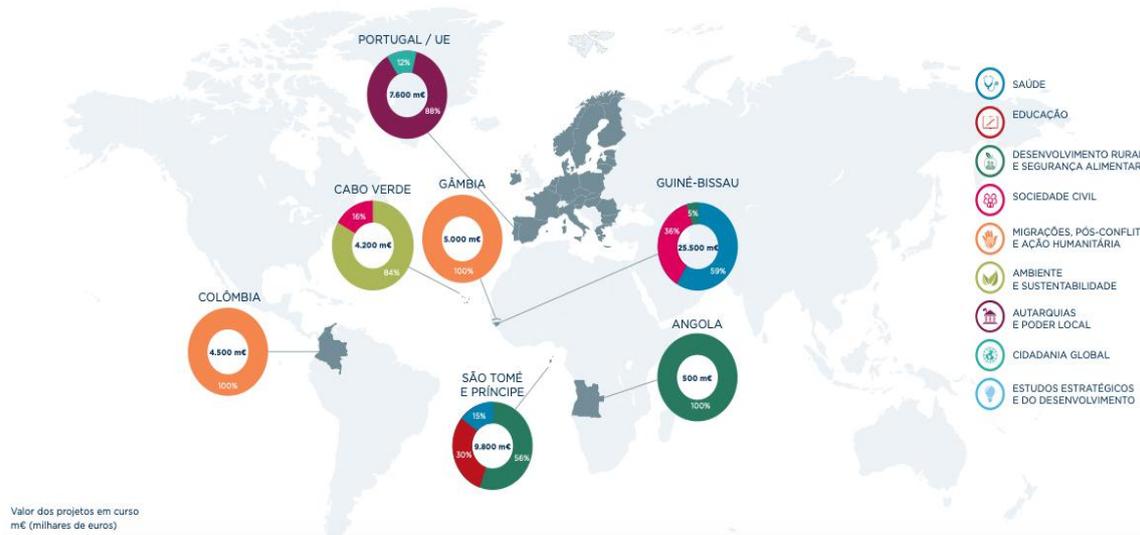


**Fonte: IMVF, 2022a**

## 2.5. Relatório Anual de 2021

O Relatório Anual de 2021 do IMVF não só apresenta todas as ações implementadas, como também as localiza em termos geográficos, temáticos e financeiros. É através deste documento que podemos aceder ao impacto desta entidade nos países onde atua e aferir o balanço do ano em questão. Em 2021, “a ação do IMVF expandiu-se e o balanço do trabalho realizado é positivo” (IMVF, 2022b, p. 8). Apesar dos efeitos provocados pela pandemia de COVID-19, o Instituto conseguiu reforçar a sua atividade nos vários países onde tem vindo a atuar. Por exemplo, no campo da Cooperação Internacional e Desenvolvimento, destaca-se a presença na Gâmbia, Colômbia, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Há que realçar que os domínios de atividade nestes países e nos restantes países são diversos, assim como o valor monetário, uma vez que se abordam projetos e financiamentos diferentes. Todavia, consegue-se compreender os grandes focos de atividade do IMVF em 2021 (Figura 7).

**Figura 7: Atividades do IMVF em 2021**



**Fonte: IMVF, 2022b**

Em Portugal, foram as áreas da Cidadania Global e das Autarquias e Poder Local que marcaram a ação do Instituto, e nas quais tive também oportunidade de colaborar no decorrer do meu estágio. O projeto *Rumo a 2030* insere-se em ambos os domínios por ser uma campanha que veio fortalecer o papel de 22 municípios portugueses na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global. No mesmo sentido, a preparação do projeto *People & Planet*, operada globalmente pelo IMVF, trabalhou no âmbito da Cooperação Intermunicipal, “no quadro da parceria com a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), reforçando a capacidade dos municípios na área de localização dos ODS.” (IMVF, 2022b, p. 10)

## CAPÍTULO III

### Estágio

A realização deste estágio como trabalho final de mestrado obedeceu a um plano de atividades, onde se consolidaram os objetivos do estágio e as principais tarefas a desenvolver no IMVF. Nesta planificação foram contemplados: o apoio à promoção da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, nomeadamente aos projetos em que esta se apresentava como parceira; o reforço da aprendizagem em Cooperação Intermunicipal; Cidadania Global e Agenda 2030.

Estas linhas orientadoras nortearam a fase inicial do estágio, que foi marcada com uma ação de formação *online*, ministrada pelo IMVF, sobre Cidadania Global, Agenda 2030 e ainda sobre os projetos em curso na instituição. Porém, ao longo do estágio, foram surgindo novas solicitações de colaboração, que não estando consideradas no plano de estágio, foram acolhidas como novas oportunidades de aprendizagem e prática, nomeadamente a participação na elaboração de projetos. Deste modo, tirando partido da disponibilidade e interesse da organização em providenciar atividades nesta área, foi desenvolvido, simultaneamente, um trabalho de pesquisa e redação para apresentação de candidaturas a financiamento. Para além disto, foi ainda criada de raiz uma proposta de campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual, que contemplou a elaboração de uma *infosheet* e de um cartaz com vista à recolha de produtos de higiene menstrual sustentáveis.

Em síntese, este estágio não só se desenvolveu com base no plano de estágio, mas também se expandiu, no que concerne às temáticas e áreas de atuação, tendo em consideração a atividade dos atores da Cooperação Descentralizada na criação, implementação ou participação em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.

#### **3.1. Rumo a 2030 e comunicação dos municípios**

O projeto *Rumo a 2030*, coordenado pelo IMVF, consistiu numa Campanha com a finalidade de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania, mobilizando 22 governos regionais e locais no sentido da implementação da Agenda 2030 através da execução de ações locais para a transformação global.

Com o intuito de reforçar o papel da RICD e, por conseguinte, da Cooperação Descentralizada, esta campanha veio propor aos municípios que assumissem a sua posição privilegiada e adotassem políticas, estratégias e ações que contribuíssem para a divulgação e prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, valendo-se da proximidade aos cidadãos, para os empoderar a adotar comportamentos sustentáveis no seu quotidiano. Esta campanha visa ainda a consciencialização dos atores locais sobre o processo de “localização” dos ODS, mencionado no capítulo anterior, dividido em quatro fases sequenciais<sup>6</sup>: sensibilização, adaptação, implementação e monitorização. Na prática, as atividades inerentes ao projeto envolveram a elaboração de estudos, planos de informação, ações de sensibilização e formação técnica para técnicos municipais e outros intervenientes.

A minha participação num dos blocos desta formação técnica sobre o processo de localização da Agenda 2030 provou ser uma mais-valia para a minha formação, atendendo que tive oportunidade de ampliar os meus conhecimentos sobre as etapas do processo de localização dos ODS. De igual forma, a minha presença nas reuniões do projeto, com a RICD, que monitorizavam o progresso das ações por parte dos municípios permitiu-me ter uma visão mais precisa sobre o processo de “localização” dos ODS.

Em termos concretos, acompanhei o projeto e desenvolvi tarefas ligadas à monitorização das ações de sensibilização e ao levantamento de dados com o intuito de analisar o impacto que o *Rumo a 2030* teve na forma como os municípios comunicam os ODS nas suas redes sociais. O método utilizado para se aferir as alterações de comportamento das autoridades locais perante as questões da Agenda 2030 foi a pesquisa e filtragem dos termos "ODS", "Agenda 2030", "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" e “Rumo a 2030” nos sites institucionais e páginas de facebook dos 22 municípios pertencentes ao projeto. À medida que a informação foi sendo recolhida, ia sendo organizada por preferência temporal numa folha de Excel, marcando o período anterior ao projeto e o período com o projeto já em curso.

Partindo da análise desta tabela, foi possível tirar conclusões sobre a evolução da comunicação dos municípios *ante e in curso Rumo a 2030*. Se, por um lado, temos municípios que já comunicavam os ODS antes da sua participação neste projeto, por outro, temos municípios que passaram a comunicá-los apenas quando o projeto deu início. Por

---

<sup>6</sup> Ver Anexo III.

consequente, percebe-se que a adesão da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento ao projeto foi geral e majoritária. Quanto ao impacto que o *Rumo a 2030* teve na comunicação dos municípios, conferimos que este foi positivo. Mais concretamente, doze municípios reforçaram ou aumentaram o volume das publicações sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, após o início do projeto.

Em suma, a participação neste projeto permitiu-me adquirir novos conhecimentos, quer a nível teórico, quer a nível prático sobre a Cooperação Descentralizada. O mergulho em estudos sobre este tema, aliado à envolvimento com a RIDC, através das reuniões, e ao desempenho no *Rumo a 2030*, trouxe-me uma perspetiva ampla sobre o trabalho com autoridades locais, a problemática do desenvolvimento e as oportunidades de cooperação que existem a este nível. O conhecimento prévio sobre a Agenda 2030 e os ODS, adquirido ao longo do mestrado, revelou-se essencial para a minha performance no desenvolvimento das tarefas deste projeto.

### **3.2. Candidaturas a projetos**

Neste estágio, colaborei no processo de candidatura de dois projetos: *PALKUS – Cooperação Sul-Sul para a Capacitação e Produção Cénicas no Eixo Atlântico e Observatório para a prevenção da radicalização e do extremismo violento*. A análise e preenchimento dos formulários de apresentação de pedidos de subvenção, tanto do Instituto Camões, como da Comissão Europeia, respetivamente, foram pertinentes quer para a familiarização com a documentação formal de ambas as entidades, quer com as normas e parâmetros exigidos neste âmbito.

Embora o projeto PALKUS esteja inserido no programa de atribuição de subvenções, no âmbito do projeto da União Europeia PROCULTURA, a sua gestão é feita pelo Instituto Camões. Quanto ao projeto do Observatório, a estrutura do documento de candidatura provém da Comissão Europeia.

Aos requerentes da primeira subvenção (PROCULTURA) era pedido que apresentassem propostas de projeto que tivessem por objetivo a criação de emprego durável e rendimento sustentável nos setores da música, artes cénicas e literatura infantojuvenil nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e/ou Timor-Leste (Instituto Camões, 2020). Deste modo, surgiu a submissão do IMVF da candidatura

PALKUS, num eixo de capacity-building, validando assim a importância do processo de desenvolvimento participativo com um impacto positivo duradouro (sustentabilidade).

Nesta candidatura, trabalhei na parte da Programação na Gestão do Ciclo do Projeto, uma vez que é nela que se procede à análise da documentação, relativa àquilo que são os programas tanto de doadores como de beneficiários, ao quadro macro-económico, às condições sociais, à disposição geográfica e às áreas de intervenção. Esta fase é considerada mais macro, dado que se definem objetivos globais, sustentáveis e políticos e, por conseguinte, a abordagem estratégica da intervenção.

Posto isto, tive acesso a documentos das políticas e planos estratégicos disponibilizados pelos parceiros do projeto, sublinhando, assim, a partilha de informação num eixo de gestão para os resultados. Aliando estes documentos a outros, resultantes de uma pesquisa própria, consegui caracterizar a região e o respetivo setor de intervenção, mais especificamente, o setor da cultura em São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde. O mapeamento deste setor nos diferentes países parceiros veio iluminar alguns pontos fortes e fracos, potencialidades e constrangimentos e sua relação com o desenvolvimento. A compreensão da realidade local, nomeadamente da falta ou insuficiência de investimento, infraestruturas, políticas e formação técnica foi comprovada pelos parceiros que, através de múltiplas reuniões, comunicaram as suas perceções e necessidades. Neste diálogo contínuo, foram expostas e alinhadas questões importantes, tendo os parceiros participado ativamente neste processo.

Ainda neste projeto, fiquei incumbida de aferir de que forma o projeto se apresentava coerente com outras estratégias, políticas, programas e objetivos da União Europeia e do Instituto Camões no setor de intervenção. Numa amplitude maior, também a importância da Agenda 2030 e o reconhecimento do papel transversal que a cultura tem no Desenvolvimento Sustentável. De facto, a cultura é um meio para a criação do sentimento de identidade coletiva, algo imprescindível para a coesão social. E, por sua vez, a existência de coesão social representa uma base harmoniosa para o desenvolvimento de políticas, sejam elas sociais, económicas ou ambientais. (Guerra & Quintela, 2007)

No que concerne às fases de Identificação e Formulação da Gestão do Ciclo deste Projeto, intervimos, realizando as seguintes atividades:

- a pesquisa e elaboração de um documento sobre recomendações em relação à equidade de género em projetos no setor cultural, cruzando-as com as atividades do projeto, com o intuito de desenhar uma abordagem sensível ao género;

- a revisão de alguns pressupostos;

- o cálculo das emissões de carbono dos voos previstos por este projeto, para se criar uma linha orçamental que mitigasse a poluição provocada (compensações de carbono);

Realizei ainda outras tarefas com um menor grau de exigência, mas também necessárias, como: a redação dos Termos de Referência das vagas de trabalho para o projeto e as siglas e acrónimos no documento de candidatura.

No projeto *Observatório para a prevenção da radicalização e do extremismo violento*, a sua elaboração surgiu no seguimento de uma *call* para apresentação de propostas que visassem apoiar as organizações da sociedade civil na promoção do diálogo e na prevenção da radicalização e do extremismo violento. Ao contrário do que sucedeu com o projeto PALKUS, no qual tive um papel maioritariamente de redação, neste projeto trabalhei essencialmente na área da pesquisa e coleta de informação.

Assim, foi-me pedido para pesquisar bibliografia em língua inglesa sobre o papel das mulheres e jovens na promoção do diálogo e na prevenção da radicalização e do extremismo violento, nomeadamente estudos, documentos de boas práticas, recomendações e outros. Na mesma linha temática, pesquisei ainda sobre OSC (Organizações da Sociedade Civil) ou Observatório ou think tank na Guiné-Conacri e apresentei-as para que se pudesse aferir a possibilidade de futuras parcerias.

Em resumo, a colaboração nestas duas candidaturas veio demonstrar a importância dos conhecimentos previamente adquiridos na unidade curricular “Elaboração, Execução e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento” sobre a Gestão do Ciclo do Projeto, que pude pôr em prática durante o meu estágio no IMVF e que não só me permitiram sentir-me confiante na realização do meu trabalho, mas também ter uma visão crítica da forma como o processo da candidatura se desenvolveu. Desta forma, pude aperceber-me da longa trajetória e *expertise* do IMVF em elaborar candidaturas e implementar todos os ensinamentos que a História do Desenvolvimento trouxe, nomeadamente o foco na Eficácia do Desenvolvimento, que passa pela Gestão para Resultados, pela Apropriação do processo de Desenvolvimento, pelo Alinhamento entre

parceiros e, por aí em diante. As reuniões constantes com os parceiros permitiram uma descrição detalhada da realidade local e uma análise das necessidades muito mais precisa, o que, na realidade, só veio demonstrar a forma correta como se devem elaborar projetos para o Desenvolvimento.

De igual modo, a frequência da unidade curricular optativa de “Género e Cidadania” veio revelar-se proveitosa aquando da pesquisa bibliográfica e recomendações para uma abordagem sensível ao género em ambas as candidaturas, principalmente pela familiarização com os termos específicos deste quadro.

Concluindo, esta experiência permitiu-me não só aplicar de forma prática os meus conhecimentos sobre a Gestão do Ciclo do Projeto e Género, como favoreceu a aprendizagem sobre os países em desenvolvimento em questão e duas áreas temáticas distintas: a cultura e a radicalização e extremismo violento. Submergir numa área do desenvolvimento que nem sempre tem o destaque merecido, como é o caso da cultura e, igualmente, explorar a promoção do diálogo e dos direitos humanos como forma de prevenção para fenómenos violentos, foi uma experiência muito enriquecedora.

### **3.3. Proposta de campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual**

A criação de uma proposta de campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual com a recolha de produtos menstruais surgiu de forma espontânea e proativa. Ao longo das reuniões com a RICD, detetei a vontade de alguns membros em reforçar o seu compromisso de Cooperação para o Desenvolvimento a uma escala diferente. Por conseguinte, encarei a manifestação desta vontade como uma oportunidade para idealizar uma campanha que fizesse jus às geminações já criadas entre municípios portugueses e municípios cabo-verdianos.

Para tal, precisei de escolher um tema, reunir informações sobre o problema em causa e gerar uma iniciativa que envolvesse os municípios. Assim, foi a pobreza menstrual, uma questão de saúde pública e direitos humanos, o foco desta campanha. A pobreza menstrual está ligada a uma condição de vulnerabilidade económica e social que impede meninas e mulheres de acederem a produtos menstruais e a infraestruturas de saneamento básico e seguro. Estas dificuldades aliadas ao estigma e tabus em torno da menstruação impactam a vida das mulheres e meninas em diversas áreas, nomeadamente:

- na saúde mental e física (possíveis infeções pela utilização de alternativas inseguras, como folhas de jornal, roupa, meias e sacos de plástico);
- na escolarização, afetando a sua frequência e desempenho;
- no emprego, em termos de realização de atividades diárias e acesso a oportunidades.

Tendo isto por base, nasceu uma campanha de sensibilização contra a pobreza menstrual com recolha de produtos menstruais a serem entregues num município de Cabo Verde. Esta iniciativa teve como objetivo, por um lado, reforçar o papel da RICD, pelo envolvimento das autoridades locais na sensibilização e mobilização face a este desafio global, valendo-se dos acordos de geminação já estabelecidos; e, por outro, contribuir para a prossecução dos ODS 3 (Saúde de Qualidade), ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 5 (Igualdade de Género).

Como anteriormente referido, esta campanha fez-se valer de um trabalho de pesquisa, que culminou no *design* de uma *infosheet*<sup>7</sup> e póster da campanha<sup>8</sup>. Na *infosheet* abordou-se a temática, mais precisamente, factos, impactos e maneiras de enfrentar a pobreza menstrual; assim como as consequências do COVID-19. Já no póster da campanha foram incluídas as informações relativamente à forma de participação: doação de cuecas menstruais, doação de cuecas de algodão ou a confeção de pensos reutilizáveis com todas as etapas e materiais necessários para a sua produção.

Em síntese, a oportunidade de idealizar uma campanha neste formato, veio confirmar alguns valores-chave do IMVF enquanto organização: a flexibilidade e a valorização da proatividade. Para além disso, esta campanha revelou ser mais um bom exemplo de um cenário de cooperação descentralizada, demonstrando que existem ínfimas possibilidades de realizar parcerias para promoção do Desenvolvimento Sustentável.

---

<sup>7</sup> Ver anexo IV.

<sup>8</sup> Ver anexo V.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório, sob forma de Trabalho Final de Mestrado, teve como objetivo não só discorrer sobre as aprendizagens obtidas durante o período de estágio, como conectá-las com o currículo do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Efetivamente, o estágio realizado no IMVF, não poderia ter feito mais sentido, na medida em que veio consolidar todo o conhecimento de dois anos de mestrado.

Como entidade de referência, o IMVF provou ser uma organização que compreende a agenda do Desenvolvimento e acompanhou todas as suas mudanças, estando sempre atualizado e, por vezes, até na vanguarda sobre os tópicos de debate da Cooperação para o Desenvolvimento. Este empenho reflete-se no seu modo de trabalho cuidado e eficiente, o qual tive oportunidade de presenciar e apoiar. O reajuste evolutivo da nomenclatura da CD estava permeado no discurso do Instituto e incorporado nas suas atividades. É o caso da adoção de termos como “parcerias internacionais”, “eficácia do desenvolvimento”, “capacity building”, “gestão para resultados”, “apropriação” e o compromisso realizado nesse sentido, que me levaram a testemunhar a sintonia do IMVF com o contexto internacional e indicam a contínua adaptação entre a teoria e a prática. O trabalho de bastidores e o investimento na estreita colaboração com os parceiros contempla-se a todos os níveis, seja em reuniões, projetos ou eventos. Foi exatamente pela participação nestes elementos quotidianos, como as reuniões entre parceiros e a elaboração de candidaturas que tive um acesso mais detalhado de como se trabalha nesta área.

A teoria e as ferramentas providenciadas pela frequência no MDCI foram imprescindíveis para o exercício das minhas tarefas ao longo deste estágio. Na verdade, foi a escolha de três unidades optativas que mais valias me trouxe: Elaboração, Execução e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento; Género e Cidadania e Cidades e Desenvolvimento Sustentável. Todavia, estas unidades curriculares não teriam a mesma expressividade, se antes não tivessem sido trabalhadas tantas outras, como a Economia e Política do Desenvolvimento, as Ciências Sociais e Desenvolvimento, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e, por aí em diante. Daí salientar que o meu percurso académico e o seu carácter complexo e multidimensional desempenharam um papel importante na maneira suave e intuitiva como decorreu este estágio.

Mais especificamente, a base teórica considerável sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, produziram efeitos vantajosos aquando da componente prática no projeto *Rumo a 2030*. De igual forma, a familiarização com a Gestão do Ciclo do Projeto e conhecimento da Integração do Género, resultaram na minha integração em atividades que não se encontravam delineadas no Plano de Estágio. O contacto próximo com formulários de entidades internacionais, ou seja, a parte mais burocrática da obtenção de fundos, ampliaram a minha consciência sobre o rigor de um processo de candidatura e sobre o intervalo temporal de um projeto. Como é de esperar, a envolvimento nestas novas tarefas foi consentida e acabei por desfrutar bastante do tempo a elas dedicado e dos ensinamentos que daí decorreram.

Na verdade, ao longo deste estágio, surgiram alguns temas que não tinham sido aprofundados ou mencionados durante o mestrado, facto que encarei proveitosamente, como uma ocasião para aprimorar o meu conhecimento. Refiro-me, por exemplo, às formas de Cooperação Descentralizada, à Localização dos ODS e à ligação entre Cultura e Desenvolvimento. Para além disto, de forma espontânea, surgiu uma questão sobre a Teoria da Mudança e o apoio a um questionário sobre a Avaliação Participativa, que me conduziram à leitura de estudos e documentos sobre estes pontos e, consequentemente, à aquisição de novos termos e conteúdos.

Se por um lado, este estágio veio oferecer a componente prática, que falta no ambiente académico, por outro lado, também criou espaço para investigar componentes teóricas anteriormente desconhecidas. A experiência profissional dinâmica e diversificada concedida pelo IMVF veio, simultaneamente, enraizar o conhecimento obtido no mestrado e desenvolver competências específicas, o *know-how* necessário para se trabalhar nesta área.

Na mesma linha, foi a receptividade do IMVF face aos estagiários, que me motivou a desenhar a campanha de sensibilização para a pobreza menstrual e de recolha de Produtos Menstruais. A capacidade de iniciativa e diligência produziu o efeito desejado, que era o de expressar à RICD a panóplia de possibilidades de Cooperação em Rede e entre Geminações, ao difundir um tema tão oportuno para a prossecução dos ODS. Tal como referido anteriormente, a tarefa em questão careceu de um trabalho de pesquisa, onde aferi a forma como a pobreza menstrual se pode desmistificar multidimensionalmente no processo de Desenvolvimento.

O IMVF e o respeito pelos seus valores-chave de solidariedade, igualdade de género, sustentabilidade, rigor e transparência estiveram presentes em todos os momentos deste estágio. Denota-se no seu *modus operandi*, os longos anos de experiência e o afincamento continuado para cumprir a sua missão de promover a dignidade humana e criar um futuro sustentável mais justo e inclusivo. A clareza da sua atuação sustém-se exatamente pelo facto do Instituto se encontrar alinhado com os seus objetivos. Assim, o cuidado que se nota na condução do seu trabalho equipara-se ao cuidado que têm ao receber estagiários e envolvê-los na equipa e na filosofia da organização.

Sob meu ponto de vista, a única condicionante deste estágio foi o seu carácter virtual, imposto pelo contexto pandémico. Apesar dos encargos profissionais terem sido todos cumpridos e de se estabelecer uma comunicação diária e constante entre as partes, acredito que uma experiência física produziria outros efeitos. A componente da interação humana e a submersão num ambiente de trabalho enquanto formas de enriquecimento profissional e pessoal não podem ser ignoradas. Do mesmo modo, certos eventos e reuniões do *Rumo a 2030* tiveram de ser reajustados. Em hipótese alguma, estes aspetos tiveram influência na assiduidade, rapidez ou dedicação com que me dediquei a todas as tarefas e cumprimentos de prazos. Por esta razão, posso afirmar que a capacidade de resiliência de todos os intervenientes contribuiu para o sucesso deste estágio.

Importa ainda salientar que, em termos profissionais, este estágio representou um ponto de ignição para a minha carreira. Atendendo à competitividade e aos pré-requisitos de qualquer vaga de trabalho neste ramo, a experiência profissional adquirida durante este estágio suscitará ganhos a longo prazo, no que diz respeito à acumulação de tempo de prática e também à diversidade de áreas temáticas envolvidas. Para além disto e como era de prever, foram desenvolvidas capacidades e adquiridas competências. Refiro-me ao fomento de *hard skills* pelo manuseio quotidiano de ferramentas de trabalho como o Excel e o Canva. Seguindo a mesma lógica, também se fortaleceram *soft skills*, como a competência intercultural, a autonomia, a adaptabilidade, a proatividade, a criatividade, a comunicação e a capacidade de aprendizagem.

Torna-se, assim, evidente que o estágio no IMVF se revelou de grande utilidade prática e serviu como um complemento considerável ao meu percurso académico. Ao mesmo tempo que foram aplicados e solidificados conhecimentos obtidos no MDCI, também houve espaço para adquirir novos conteúdos teóricos. Com efeito, esta

experiência tratou-se de um fenómeno de diálogo constante entre a base teórica e a realidade prática.

Sintetizando, a envolvimento no universo do IMVF permitiu-me compreender o funcionamento do que é uma Fundação e Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento. Por outras palavras, mesmo interagindo apenas com uma parte de organização interna, tomei consciência da organização no seu todo, de como tudo se relaciona e interage na direção de um propósito comum. Para isto contribuíram todas as pessoas do IMVF com quem estive em permanente contacto, mas também a minha participação nas reuniões entre parceiros e nos projetos. Em consequência, o meu nível de percepção do trabalho de atores locais na Cooperação para o Desenvolvimento expandiu-se e acabei por reconhecer amplamente a pertinência e benefício desta descentralização em termos de capacidade de manobra num mundo dinâmico e de mudanças (Marzulo, Marx, 2010, citado por Holzmann, 2014, p.55). Ao longo deste estágio fui-me apercebendo da necessidade de atribuir maior significado a estes agentes locais pelo seu papel transformativo num modelo *bottom-up*. A sua atuação traz um valor acrescido à complexidade do processo de Desenvolvimento, não só porque se têm revelado fontes fidedignas de informação, pela proximidade à população e seus problemas, como também têm sido intermediários mais ágeis, imprescindíveis na colmatação de falhas do apoio estatal. Por isso, interessa aproveitar as potencialidades e valorizar as sinergias que a diversidade de atores do Desenvolvimento “representa para o palco social e económico”.

Gostaria ainda de referir que, se desejamos um processo Desenvolvimento Sustentável mais coerente e consciente, temos de adaptar o nosso *mindset* a uma abordagem mais holística do mesmo. Isto é, falta ainda incorporar uma visão mais ampla do Desenvolvimento Humano, que envolva dimensões de bem-estar mais profundas. É o caso do Gross National Happiness (GNH), uma abordagem alternativa, multidimensional e holística, defendida pelo Butão, que equilibra valores materiais e não materiais e se baseia em nove domínios (Nagler, 2020):

- a) bem-estar psicológico;
- b) saúde;
- c) gestão do tempo;
- d) educação;

- e) diversidade cultural e resiliência;
- f) boa governação;
- g) vitalidade da comunidade;
- h) diversidade ecológica e resiliência;
- i) condições de vida.

Não sendo possível explorar este conteúdo de forma extensiva, tal como Nagler (2020), considero pertinente a reflexão sobre o papel transformador que os *mindsets* podem ter na jornada de Desenvolvimento das pessoas, nações e humanidade, sendo que o alcance deste novo paradigma holístico de Desenvolvimento deveria incluir o bem-estar interior, coletivo e planetário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abong. (2019). Estatuto Social. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em: [https://abong.org.br/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2021/03/Estatuto-Social.pdf](https://abong.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2021/03/Estatuto-Social.pdf). Acedido em setembro de 2022.

Campos, J. R. B. (1999). Organizações Não-Governamentais nas Áreas Ambiental, Indígena e Mineral, 1999. *Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasil*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/141>. Acedido em setembro de 2021.

Commission of the European Communities (2008). Local Authorities: Actors for Development. 2008. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/lexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0626:FIN:EN:PDF>. Acedido em setembro de 2021.

Coutinho, J. A. (2005). As ONGs: origens e (des)caminhos. *Lutas Sociais*, 13/14, 57–64. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18668>. Acedido em agosto de 2022.

Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. (2019). Institutional mechanisms for Sustainable Development Goals coordination in Asia and the Pacific Voluntary National Reviews. Disponível em: [https://www.unescap.org/sites/default/d8files/event-documents/APFSD6\\_INF3E\\_0.pdf](https://www.unescap.org/sites/default/d8files/event-documents/APFSD6_INF3E_0.pdf). Acedido em setembro de 2021.

European Commission. (2002). Project Cycle Management Handbook. Version 2.0. Disponível em: [https://www.sle-berlin.de/files/sle/TRAINING/PCM\\_Train\\_Handbook\\_EN-March2002.pdf](https://www.sle-berlin.de/files/sle/TRAINING/PCM_Train_Handbook_EN-March2002.pdf). Acedido em julho de 2021.

European Commission. (2004). Aid Delivery Methods – Project Cycle Management Guidelines Vol 1. Disponível em:

[https://rekabetcisektorler.sanayi.gov.tr/media/dokumanlar/methodology-aid-delivery-methods-project-cycle-management-200403\\_en.pdf](https://rekabetcisektorler.sanayi.gov.tr/media/dokumanlar/methodology-aid-delivery-methods-project-cycle-management-200403_en.pdf). Acedido em julho de 2022.

Estatutos do Instituto Marquês de Valle Flôr, Decreto nº38:351, 176/1951 Série III 1486 (1 de Agosto de 1951). Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/02/1a.pdf>. Acedido em agosto de 2021.

Flemish Interuniversity Council. (2002). PROJECT CYCLE MANAGEMENT (PCM) GENERAL VLIR MANUAL. Disponível em: [https://www.intussen.info/OldSite/PCM/DGOS%20Attaches%20mindmap/PCM\\_manual\\_VLIR.pdf](https://www.intussen.info/OldSite/PCM/DGOS%20Attaches%20mindmap/PCM_manual_VLIR.pdf). Acedido em julho de 2022.

Guerra, P., & Quintela, P. (2007). A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: uma nova geração de políticas públicas de proximidade. Repositorio-aberto.up.pt. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53670/2/75021.pdf>. Acedido em agosto de 2022.

Holzmann, A. (2014). Cooperação descentralizada como instrumento da governança global na gestão do meio ambiente. Revista Vernáculo, (0)33. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37165/23160>. Acedido em julho de 2022.

IMVF. (2017). Relatório Anual 2016. Disponível em: [https://issuu.com/imvf/docs/relatorio\\_anual\\_2016\\_final](https://issuu.com/imvf/docs/relatorio_anual_2016_final). Acedido em agosto de 2022.

IMVF. (2020). Os municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Manual de Ação Local para a Transformação Global. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2020/04/estudo-rumo-a-2030-os-municipios-e-os-ods-imvf.pdf>. Acedido em agosto de 2022.

IMVF. (2022a). Instituto Marquês de Valle Flôr. <https://www.imvf.org/>. Acedido em agosto de 2022.

IMVF. (2022b). Relatório Anual 2021. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-anual-2021a.pdf>. Acedido em agosto de 2022.

Instituto Camões (2020). Subvenções PROCULTURA. <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/subvencoes-procultura>. Acedido em agosto de 2022.

Kamat, S. (2004). The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in a neoliberal era. *Review of international political economy*, 11(1), 155-176. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4177492>. Acedido em agosto de 2021.

Mauri, G. (2013). Análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique. Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Disponível em: [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6178/1/\\_tesi%20da%20stampare\\_verse25marzo\\_Pdf.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6178/1/_tesi%20da%20stampare_verse25marzo_Pdf.pdf). Acedido em agosto de 2022.

Medeiros, G. L. (2019). "Dos ODM aos ODS : o papel das cidades na agenda 2030". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19706>. Acedido em julho de 2021.

Nações Unidas (2015), Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acedido em agosto de 2021.

Nagler, J. (2020). Holistic Development - The Global School for Social Leaders. *The Global School*. Disponível em: <https://theglobal.school/holistic-development/>. Acedido em setembro de 2022.

Neto, C. (2017). As Organizações da Sociedade Civil em Portugal. Em E.-I. Plataforma Portuguesa das ONGD (Org.), *Comunicação e Organizações da Sociedade Civil: conhecimento e reconhecimento* (p. 9–35). Disponível em: <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/livro-comunicacao-osc-conhecimentoeconhecimento.pdf>. Acedido em setembro de 2021.

OCDE. (2021). Aid for Civil Society Organisations (Statistics based on DAC Members' reporting to the Creditor Reporting System database (CRS), 2018-2019. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37165/23160>. Acedido em setembro de 2021.

ONU. (2008). Contribution of Decentralized Cooperation to Decentralization in Africa. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3907436> Acedido em agosto de 2021.

Pain, R. de S. (2005). O papel das organizações não governamentais na cooperação internacional. *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, volume 4, número 8, (p. 125-146). Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/4107>. Acedido em agosto de 2021.

Parceria de Busan. (2011). Parceria de Busan para uma cooperação eficaz para o desenvolvimento. IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda. *Busan, República da Coreia*, 29. Disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao\\_busan.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao_busan.pdf). Acedido em julho de 2021.

Plataforma Portuguesa das ONGD. (2018). Cooperação para o Desenvolvimento. Plataforma Portuguesa das ONGD. Disponível em: [https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2\\_conteudos\\_ficheiros/ficha\\_tematica\\_de\\_cooperacao\\_para\\_o\\_desenvolvimento.pdf](https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2_conteudos_ficheiros/ficha_tematica_de_cooperacao_para_o_desenvolvimento.pdf). Acedido em julho de 2021.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1993), Human Development Report 1993, PNUD. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1993encompletenostatpdf.pdf>. Acedido em setembro de 2021.

Resolution 288 (X). ECOSOC. Review of Consultative Arrangements with Non-Governmental Organizations (27 February 1950), See “Repertory of Practice of United Nations Organs. Vol. III”(New York 1955), 551-561. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/212457>. Acedido em agosto de 2021.

RICD (2022). *RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento para o Desenvolvimento*. [Redesparaodesenvolvimento.org](http://www.redesparaodesenvolvimento.org). <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/ricd/ricd>. Acedido em julho de 2022.

Ribeiro, H., & Faria, R. (2009). A cooperação intermunicipal portuguesa. Instituto Superior de Economia e Gestão. CEsA/Documentos de Trabalho nº81/2009. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2173>. Acedido em julho de 2022.

Romero, M. (2006). La cooperación descentralizada local. Aportes para la construcción de un marco de referencia conceptual en el espacio de las relaciones Unión Europea-América Latina. Anuario del Observatorio de la Cooperación Descentralizada Local. Montevideo: Observatorio de la Cooperación Descentralizada Unión EuropeaAmérica Latina.

Silva, P. S. M. e. (2011). A cooperação descentralizada como ajuda ao desenvolvimento social e participativo da juventude. Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Repositório Iscte. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/5266>. Acedido em julho de 2021.

Silva, A. L., Bernardo, L. P., & Mah, L. (2021). O futuro da cooperação internacional para o desenvolvimento: fragmentação, adaptação e inovação num mundo em mudança. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/21213/1/O%20FUTURO%20DA%20CID%20-%20PPONGD.pdf>. Acedido em julho de 2021.

ANEXOS

Anexo I - Marcos Históricos do IMVF



Fonte: IMVF, 2022<sup>a</sup>

**Anexo II - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: BCSD PORTUGAL, 2020

**Anexo III - Processo de Localização dos ODS**



**SENSIBILIZAR**

Conhecimento, advocacia e sensibilização.

Comunicar o que são os ODS às estruturas do município e aos atores locais.



**ADAPTAR**

Alinhamento e adaptação dos ODS nas políticas públicas municipais existentes.

Escolhas estratégicas: que planos alinhar, que ODS priorizar, definir responsabilidades.



**IMPLEMENTAR**

Integração e aplicação dos ODS nas estratégias, planos e projetos.

Implementação do que foi definido com envolvimento dos atores locais.



**MONITORIZAR**

Monitorização dos indicadores e ações, para aferir do cumprimento e ajustar o rumo se necessário.

Fonte: IMVF, 2020

Anexo IV - Infosheet sobre a pobreza menstrual



# Pobreza Menstrual

**Uma questão de saúde pública, igualdade de género e direitos humanos**

O Fundo das Nações Unidas para a População define pobreza menstrual como a dificuldade que muitas mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade económica enfrentam ao tentarem comprar produtos menstruais. Para além da falta de recursos financeiros, a pobreza menstrual relaciona-se também com a inacessibilidade a estruturas de saneamento básico e seguro.

Em 2014, a Organização das Nações Unidas reconheceu que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública mundial e de direitos humanos.

**Impactos**

O **estigma** associado à menstruação e a **pobreza menstrual** têm impactos negativos em diversas áreas da vida das mulheres e meninas, nomeadamente:

- na saúde mental e física (possíveis infeções);
- na escolarização, afetando a sua frequência e desempenho;
- no emprego, em termos de realização de atividades diárias e acesso a oportunidades.

**Factos**

- 1 em cada 10 meninas na África Subsariana **falta à escola** durante o seu ciclo menstrual.
- 1.25 mil milhões de mulheres **não têm acesso** a uma **casa-de-banho segura** e privada.
- 6 anos é o **tempo médio** que uma mulher passa a **menstruar** na vida.

**Como enfrentar a Pobreza Menstrual?**



Educação Sexual



Infraestruturas de água, saneamento e higiene limpas e seguras



Produtos menstruais acessíveis

Dignidade Menstrual



**Alternativas inseguras**








**COVID-19**



- A quarentena ou isolamento podem impedir o acesso a produtos de higiene menstrual.
- O aumento dos preços dos produtos menstruais devido às interrupções na cadeia de abastecimento podem forçar as famílias a priorizar alimentos e outros bens essenciais.
- Devido ao encerramento de estabelecimentos de serviço social, o acesso à educação e a recursos para gestão da menstruação é posto em causa.
- Devido aos esforços de resposta à COVID-19, os serviços de saúde de rotina limitaram-se.

FONTES: ONU, UNFPA, BANCO MUNDIAL, UNESCO



Fonte: Elaborada pela Autora

Anexo V - Póster da campanha

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO**



**CONTRA A POBREZA MENSTRUAL**

**RECOLHA DE PRODUTOS MENSTRUAIS**

PARA CABO VERDE



JUNTE-SE A NÓS NESTA CAMPANHA  
 DATA E LOCAL DE ENTREGA A DEFINIR COM O SECRETARIADO DA  
 REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
 CD.ARICD@GMAIL.COM

**COMO PODE CONTRIBUIR PARA ESTA CAMPANHA?**

**1. FAÇA PENSOS REUTILIZÁVEIS!**

**PRECISA DE:**

- MOLDE DOS PENSOS REUTILIZÁVEIS (EM ANEXO)
- TECIDO DE ALGODÃO (PARTE EXTERIOR DO PENSO)
- TECIDO IMPERMEÁVEL E RESPIRÁVEL (TIPO PROTEÇÃO DE COLCHÃO PARA A PARTE DO MEIO DO PENSO) OU TECIDO TURCO (PARA PENSOS MAIS ABSORVENTES)
- TECIDO DE FLANELA (PREFERENCIALMENTE DE COR ESCURA PARA A PARTE INTERIOR)
- MOLAS (DE PRESSÃO E APLICADOR)

(MÁQUINA DE COSTURA, LÁPIS, LINHAS E TESOURA)

**VÍDEO DA CONFEÇÃO DO PENSO REUTILIZÁVEL DISPONÍVEL EM:**  
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=J8PWMDH1J1&t=11755](https://www.youtube.com/watch?v=J8PWMDH1J1&t=11755)  
 (A PARTIR DOS 15 MINUTOS)

**2. DOE CUECAS DE ALGODÃO!**

- TAMANHOS S, M, L

**3. DOE CUECAS MENSTRUAIS!**

- TAMANHOS S, M, L

**DISPONÍVEIS EM:** WWW.MODIBODI.COM | WWW.KORAMIKINO.DE | WWW.FLUXUNDIES.COM

**AO PARTICIPAR NESTA CAMPANHA, ESTARÁ A CONTRIBUIR PARA:**



Fonte: Elaborado pela Autora

**Anexo VI** - Pilares da abordagem GNH (Gross National Happiness)



Fonte: Nagler, 2020